

PECULIARIDADES DOS 200 ANOS DA ESCOLA NAVAL NO BRASIL



Aspirante Rodolfo de Paz Silva

PROCEDÊNCIA LUSITANA

Várias reformas que remetem ao passado de nossa Escola foram realizadas e impulsionadas pela administração de contexto modernizador do Marquês de Pombal. Uma delas foi a prévia criação da classe dos Guardas-Marinhas (com 24 vagas), pelo decreto de 2 de julho de 1761, realizado por D. José I. Todavia, devido à falta de aplicação, dedicação e aproveitamento demonstrados no exercício dessa classe, esse decreto foi revogado em 9 de julho de 1774.

Em decorrência do processo de tentar melhorar o nível intelectual da oficialidade, fez-se necessária a

ampliação e transformação da Aula de Navegação, oriunda de Sagres, numa Academia de formação militar que habilitava jovens de 14 a 18 anos com noções de aritmética e versão da língua francesa, num curso de três anos. Surgiu, assim, a Academia Real da Marinha, fundada sob o Comando do Marechal Manuel Carlos da Cunha e Távora, no reinado de D. Maria I, através da Carta Régia de 5 de agosto de 1779.

Com isso foi restabelecida, em 14 de dezembro de 1782, a Companhia de Guardas-Marinhas (com 48 vagas), “destinada a instituir jovens fidalgos que desejassem servir seu país no mar”. As aulas tiveram início em 24 de março de 1783, na Casa das Forças do Arsenal da Marinha, em Lisboa.

Apesar de desde 1785 serem chamados de aspirantes a Guarda-Marinha os alunos do primeiro ano do curso, o termo só foi oficializado pelo decreto de 14 de julho de 1788, instituindo que ninguém mais seria, da data daquele decreto em diante, nomeado Guarda-Marinha sem ter sido Aspirante. Para ser Aspirante, as condições eram as mesmas que para ser Guarda-Marinha, exceto a idade, que era de 12 a 16 anos.

A Academia Real veio a sofrer alteração somente em 1796, quando foi elaborado e publicado o “Novo Plano de Estatutos da Real Academia dos Guardas-Marinhas”, o qual ampliava a grade curricular e criava a classe dos Voluntários da Real Academia de Marinha. Ao concluir o curso, o Voluntário embarcava nas Naus e Fragatas e poderia, através do desempenho, tornar-se 2º Tenente. Foi esse decreto que permitiu no Brasil, em 1823, por ocasião da Guerra da Independência, o alistamento do jovem Joaquim Marques Lisboa (Marques de Tamandaré, Patrono da Marinha do Brasil), com apenas 16 anos, na improvisada Esquadra Nacional como Voluntário.

No dia 8 de janeiro de 1800, foi determinado que as nomeações de Guarda-Marinha fossem dadas apenas no final do curso. E, no dia 1º de abril, foi criada uma Biblioteca pelo Príncipe Regente, para uso dos Guardas-Marinhas, sendo esta uma das últimas reformas realizadas na Academia em Portugal. A possível invasão francesa em Portugal, em 1808, tornava insustentável e arriscada a permanência da Dinastia de Bragança nesse reino, fazendo que D. João planejasse a partida para a maior de suas colônias.

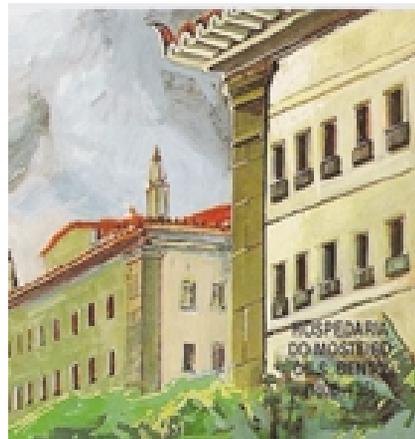
ATRAÇÃO NO BRASIL

Em 18 de janeiro de 1808, aportava no Rio de Janeiro, a bordo da Nau Conde D. Henrique, a Família Real juntamente com a Academia Real, que se tornou a primeira Instituição de Ensino Superior do Brasil.

Sua comitiva foi composta por 2 professores, 14 alunos e seu diretor, José Maria Dantas Pereira, que se tornou o primeiro Comandante da Academia no Brasil, além de trazer uma vasta biblioteca composta de preciosos manuscritos e cartas náuticas.

No mesmo dia do desembarque, D. João já realiza a primeira mudança, autorizando a promoção dos Aspirantes a Guardas-Marinhas, e estes a 2º Tenentes.

A Academia ocupou um alojamento provisório no período de 24 de março a 5 de maio de 1808, num quartel da Rua dos Ourives, e foi, então, instalada no mosteiro de São Bento, onde ficou até 1832.

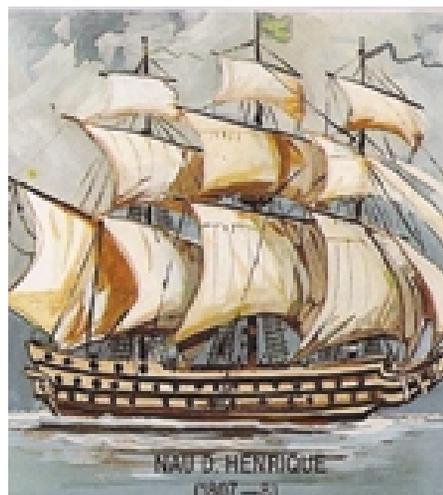


O Aviso de 25 de fevereiro de 1809 permitiu a matrícula, como simples discípulos, de candidatos que mostrassem saber ler, escrever e contar, inaugurando o ensino Superior Civil no Brasil.

Em 4 de julho de 1810, a Biblioteca dos Guardas-Marinhas passou a ser franqueada ao público, em principal aos grandes do reinado e os oficiais da Marinha, sendo considerada a primeira Biblioteca Pública. As hospedarias eram separadas do conjunto principal do Mosteiro e voltadas para o lado do Porto do Rio de Janeiro. Seu local foi escavado para ampliar a área hoje ocupada pelo 1º Distrito Naval.

Estudaram na Instituição, na turma de 1818, os futuros Almirantes Visconde de Inhaúma, Wandenkolk e Barroso.

Em janeiro de 1822, D. Pedro não cumpriu as ordens do Ministro da Marinha em Portugal de regressar com a Companhia, seu cartório e biblioteca. Em 7 de setembro de 1822, veio o Grito de Independência. Já em outubro do mesmo ano, três professores obtiveram permissão para regressar a Portugal, junto com alunos que não aderiram à



Independência do Brasil, passando a Academia Real a ser denominada “Academia Nacional e Imperial dos Guardas-Marinhas”, ou “Academia Imperial dos Guardas-Marinhas”, ou simplesmente “Academia de Marinha”.

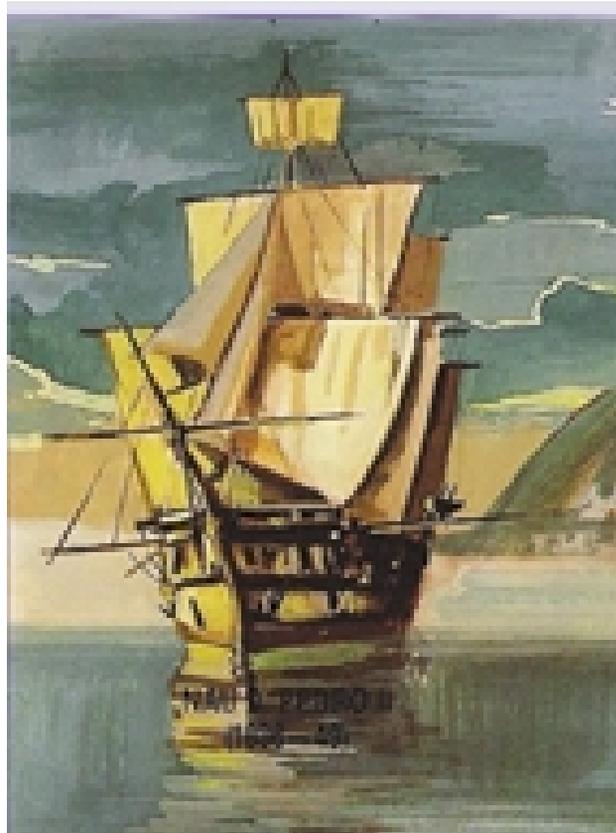
No período de 1832 a 1833, a sede da Academia de Marinha passou a ser o Largo de São Francisco, fundindo a Academia Imperial de Guardas-Marinhas com a Academia Militar, que formava oficiais do Exército, com o nome de “Academia Militar e de Marinha”. Com o término da experiência, regressou para o Mosteiro de São Bento, permanecendo neste até 1839.

Para consolidar a Unidade Nacional ameaçada pelas lutas internas (1836-49), a Academia passou a funcionar na desarmada Nau “D. Pedro II”. Nela estudaram o Almirante De Lamare e o bravo Tenente Mariz e Barros. Funcionando posteriormente no Largo da Prainha, de 1849 a 1867. Foi assim, em 1858, que ocorreram mudanças no estatuto de 1782, como a denominação da Academia como Escola da Marinha. Estudou nesta sede o Almirante Custódio de Mello e expressiva parcela dos oficiais que lutaram na Guerra do Paraguai. Nesse tempo foram realizadas grandes reformas para adaptação a Revolução Industrial que acontecia.

De 1867 a 1880, a Escola de Marinha passou a ser sediada na Fragata Constituição. Nela formou-se Guarda-Marinha o Almirante Augusto Rademaker. Foi criado nesse interstício o Colégio Naval, em 1876, por D. Isabel, Princesa Imperial Regente, tornando-se um curso preparatório.

Logo após, em 1880, a Escola funcionou por um curto período no Arsenal de Marinha da Corte, dirigindo-se em seguida para a Ilha das Enxadas, no ano de 1881. Fundiu-se com o Colégio Naval em 1886, passando a ser denominada “Escola Naval”, sendo este o termo usado até os dias atuais.

A Escola participou ativamente da Revolta da Armada (1892-94), sob o comando do Contra-Almirante Luiz Felipe Saldanha da Gama. Muitos desses aspirantes vieram a participar da 1ª Guerra Mundial. Porém, em 1914, a Escola Naval foi transferida para o atual prédio ocupado pelo Colégio Naval, em Angra dos Reis. Isso fez com que a Ilha das Enxadas fosse ocupada pela Escola de Grumetes e pela Escola de Aviação Naval. Enquanto esteve ali localizada, o curso de máquinas se fundiu com os cursos de marinha. Foram separados em 1920, mas voltaram por definitivo a se unir em 1923.



A Escola Naval regressou à Ilha das Enxadas em 1921, concedendo as instalações em Angra à Escola de Grumetes. Ao serem modificadas em 1951, as instalações passaram a abrigar o Colégio Naval – “A Esperança da Armada e o Futuro do Brasil no Mar”. Na Ilha, em 1937, foram instaurados os cursos da Armada, o de Fuzileiros e o de Intendentes.

ÚLTIMA ESTADA: VILLEGAGNON

Em 1938, a Escola Naval deixou a Ilha das Enxadas (onde hoje abriga o Centro de Instrução Almirante Wandenkolk) para se fixar na Ilha de Villegagnon, perdurando até os dias atuais.

A Ilha de Villegagnon possui esse nome devido à frustrada invasão francesa nessa ilha, sob o comando do Almirante Villegagnon, que estabeleceu o forte Coligny, sede do governo da França Antártica. Chegando a abrigar, posteriormente, o Corpo de Imperiais Marinheiros na antiga fortaleza de Nossa Senhora da Conceição de Villegagnon.

O prédio que abriga a Escola Naval foi inaugurado em 11 de junho desse mesmo ano, por iniciativa do Almirante Protógenes Pereira Guimarães, sendo este o único prédio construído para abrigar a Instituição.



Foram inseridas na Escola Naval, em 1982, as especificações de Eletrônica, Mecânica, Sistemas e Administração, combinados o Corpo da Armada, Fuzileiros e Intendentes.

Portanto, a Escola Naval foi e continua sendo uma Instituição de Ensino Superior que tem como propósito formar oficiais para os Corpos da Armada, Fuzileiros Navais e Intendentes da Marinha.

CURIOSIDADES NA HISTÓRIA: VOCÊ SABIA?

A Escola foi inaugurada em 1938, na Ilha de Villegagnon, para um efetivo de 243 Aspirantes. Em 1942, foi construída uma nova ala de camarotes por cima da antiga enfermaria, que aumentou a capacidade para 339 Aspirantes. Posteriormente os camarotes passaram por obras que permitiram alojar quatro aspirantes em cada um deles. Em 1954, a capacidade teve que aumentar para 600 Aspirantes a fim de atender às necessidades urgentes da Marinha no que diz respeito a Oficiais. Hoje, possuímos um efetivo de 771 Aspirantes, num período de grande modernização das instalações da Escola Naval.

O Brekelé é o mascote da Escola Naval. A origem de seu nome perde-se com os anos, mas a legitimidade da descendência é assegurada pelas diversas turmas que acompanharam o “Crescei e multiplicai-vos” da família Brekelé.

A papeleta que registra todas as observações favoráveis ou desfavoráveis para os Aspirantes, denominada “Parte de Ocorrência”, foi instituída em 1949.

Lord Cochrane foi o “Primeiro Almirante da Armada Nacional e Imperial”.

Quando construída, a base da ponte da Escola Naval foi feita com os cascos dos 3 primeiros submarinos que possuímos, os da classe “F”.

Os três botões no punho da manga do jaquetão foram introduzidos na Marinha para que os Guardas-Marinha não limpassem a boca na manga do uniforme.

A “NOSSA VOGA” nasceu de um trabalho dos, na época, Aspirantes Gothardo de Miranda e Silva e

Carlos Augusto Vilhena de Magalhães Cunha, encarregados da instrução militar do 1º ano em 1953, devido à necessidade de uma apostila que pudesse dissipar as dúvidas naturais que surgem no início da carreira. O Departamento Escolar reconheceu a publicação e resolveu apresentá-la em sua forma atual em 1954, quando era Diretor nesta Instituição o Almirante Ary dos Santos Rangel.

O Estatuto de 1796 determinou que as matérias seriam divididas pelos três cursos da seguinte maneira:

1º ano - aritmética, geometria, trigonometria e aparelho;

2º ano - princípios de álgebra até as equações do 2º grau, inclusive, primeiras aplicações delas à aritmética, geometria, seções cônicas, mecânica com sua aplicação imediata ao aparelho e à manobra, desenho de marinha e rudimentos sobre construção dos navios;

3º ano - trigonometria esférica, navegação teórica e prática, rudimentos de tática naval, continuação do desenho, rudimentos de artilharia e exercício de fogo, tática militar e artilharia prática.

O Regimento Interno da Escola de Marinha, de 26 de outubro de 1867, atribuía artigos a cargos como o de Porteiro e de Guarda da Escola. O primeiro tinha a função de tomar o ponto dos alunos em livro ou caderno e todos os dias apresentá-los aos respectivos professores e instrutores, a fim de o autenticar. Já o segundo cargo substituiria o porteiro mediante ordem do Diretor, preparava as salas de aula e entregava a correspondência da Escola.

NOTA:

1 A história da Sociedade Acadêmica Phoenix Naval remonta ao século XIX. Antes de 1886, já existia a Sociedade Phoenix Científica Litterária, tendo como órgão oficial a revista Escola Naval. Foi dissolvida em 1893 por questões disciplinares, durante a Revolta da Armada. Renascida em 1912, coexistiu com o grêmio até o ano de 1962, onde tiveram a idéia de agrupá-los sob uma única administração, surgindo, assim, a atual Sociedade Acadêmica Phoenix Naval (SAPN).